

DESAFIOS CIVILIZATÓRIOS PARA O BRASIL*CIVILIZING CHALLENGES TO BRAZIL*

Camila Fischer Piazza¹
Everaldo da Silva²

RESUMO

Para que a população brasileira alcance a verdadeira condição de civilização, a qual consiste em uma sociedade que não somente transpôs o estado de barbárie, mas que também desenvolve valores e caminha para o nível mais avançado do progresso, identificamos alguns elementos fundamentais e urgentes, denominados, na pesquisa apresentada neste artigo, de desafios civilizatórios. Norteamos a seleção e o estudo dessas necessidades pelos principais conceitos da Teoria Geral da Administração, o que gerou analogias entre o governo de um país e a administração de empresas. Nesse sentido, tivemos o objetivo de, por meio de pesquisa exploratória e bibliográfica, compreender as principais necessidades ao processo civilizatório do Brasil na atualidade. Igualmente, buscamos entender que recursos devem ser gerados para supri-las, como administrá-los e como distribuí-los. Observamos que os problemas vivenciados no Brasil se originam mais da falta de uma administração eficiente do que de qualquer outro motivo, o que impossibilita, também, um desenvolvimento sustentável. A emergência desse novo contexto, em que a administração efetiva é essencial à evolução, evidencia os dois principais diferenciais competitivos de uma nação próspera: infraestrutura e capital intelectual – premissas inerentes ao funcionamento razoável da democracia. De modo geral, percebemos a importância da construção de um patrimônio durável em substituição à produção desenfreada voltada ao consumismo imediatista, bem como da geração de riquezas como forma de distribuir a renda de “maneira racional e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: *Civilização. Brasil. Democracia.*

ABSTRACT

For the Brazilian population to reach the true condition of civilization, which consists in a society that not only crossed the state of barbarism, but also develops values and walks towards the most advanced level of progress, we identified some fundamental and urgent elements, denominated, in the research presented in this article, as civilizing challenges. We headed the selection and the study of these needs by the main concepts of the Administration General Theory, what has created analogies between the government of a country and the administration of enterprises. We had the purpose of, through exploratory and bibliographic research, understanding the main needs to the civilization process in Brazil nowadays. Also, we seek to understand which resources must be generated to feed, manage and distribute them. We observed that the problems faced in Brazil, are originated more because of a lack of an efficient administration than due to any other reason, what also makes a sustainable development impossible. The emergency of this new context, where the effective administration is essential to the evolution, evidences the two main competitive advantages of a prosper nation: infrastructure and intellectual capital – inherent premises to the correct working of democracy. Generally, we noticed the importance of the construction of a lasting patrimony, to replace the unbridled production directed to immediate consumption, as well as the generation of wealth as a way to distribute the income in a “rational and efficient way”.

KEYWORDS: *Civilization. Brazil. Democracy.*

1 Especialista em Gestão Financeira e Custos pelo Instituto Catarinense de Pós-graduação - ICPG. E-mail: camilapiazza@tpa.com.br

2 Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. Professor no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: evesociologia@gmail.com

Introdução

Todo processo civilizatório está intrinsecamente relacionado à apropriação, administração e distribuição de recursos, dos quais podemos destacar como fundamentais a água, o alimento e a moradia. Suprindo essas necessidades primitivas de maneira cada vez mais inteligente, o homem tornou-se ocioso e, tendo tempo livre, passou a desenvolver e a utilizar novos recursos, que deram origem às matérias-primas e aos produtos que fazem parte do nosso dia a dia.

À medida que a população começa a tomar conhecimento e posse de tais recursos e produtos, a humanidade como um todo evolui, pois o ócio passa a ser acessível e contribui para que o ser humano se torne criativo. No entanto, o ócio em si não é suficiente para o alcance da criatividade. De forma ilustrativa, uma pessoa ociosa, porém debilitada e que não tem acesso a subsídios inerentes à sobrevivência, dificilmente será criativa a ponto de contribuir com o progresso.

É sob essa ótica que se faz necessária a distribuição de recursos: todos deveriam ter suas necessidades básicas supridas, para então poder contribuir, de alguma forma, com a coletividade.

Nesse processo, uma boa administração é fundamental: sem ela não existe um gerenciamento eficaz de capital. Isso pode ser o maior empecilho evolutivo do Brasil, visto que se trata de um país repleto de recursos naturais, relativamente pacífico e pouco atingido por catástrofes naturais, se comparado a outros países. Podemos dizer, com isso, que a dificuldade vivenciada pela população brasileira é determinada mais por questões administrativas do que por questões econômicas.

Economicamente, e de modo geral, o país vivencia uma época fértil, especialmente devido à adoção do regime cambial flutuante, que trouxe certa tranquilidade à população. Em se tratando de política, experimentamos uma democracia que funciona, mas coloca o poder na mão de governos corruptos. Com isso, um país como o Brasil, que tem todas as ferramentas para ser um lugar extraordinário de habitar, acaba estagnado e repleto de crises e desigualdades sociais.

Este artigo não pretende discorrer sobre questões políticas, mas sobre questões econômicas e sociológicas do ponto de vista administrativo. Utilizando-se de pesquisa exploratória e bibliográfica, o objetivo principal deste estudo é compreender as principais necessidades ao processo civilizatório do Brasil na atualidade. Igualmente, busca entender que recursos devem ser gerados para supri-las, como administrá-los e como distribuí-los.

Civilização e processo civilizatório

Inicialmente, consideramos necessário entender o que significa civilização e o que é processo civilizatório. Moraes (2003, p. 20, grifo do autor) afirma que

[...] a escrita teria permitido a formação de sociedades mais complexas, dando início ao que foi qualificado por muito tempo de 'processo civilizatório'. Neste 'novo' período, as populações nômades de algumas regiões do planeta tornaram-se sedentárias; com o tempo, começaram a se constituir núcleos populacionais cada vez maiores e mais complexos, originando as primeiras cidades.

O exposto por Moraes (2003) permite entender que o processo civilizatório sucedeu a pré-história e se deu pelo desenvolvimento da escrita. Antes disso, o homem já transformava o meio ambiente e controlava, de certa forma, a natureza, cultivando plantas e domesticando animais, não dependendo mais da caça e da coleta. Porém, com a invenção da escrita, da roda e do calendário, "Mudanças econômicas e políticas profundas ocorreram, já que o controle de recursos básicos como água e terras férteis proporcionavam riqueza e poder a quem os possuía. Geraram-se então condições propícias à criação de grandes cidades, Estados e impérios". (MORAES, 2003, p. 13).

A civilização brasileira, que tem raízes europeias e forte miscigenação, é multicultural e muito rica, se analisada a seguinte afirmação de Elias (1994, p. 23):

O conceito de 'civilização' refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. (ELIAS, 1994, p. 23).

Por outro lado, se pensarmos sobre o nível de nossa civilização no que se refere a outros países, analisando o que foi produzido nas mais diversas áreas do conhecimento, percebemos o quão subdesenvolvido o Brasil se mostra frente ao mundo. Isso fica claro diante do que Elias (1994, p. 23, grifos do autor) conclui sobre civilização: "Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais."

Diante do exposto, podemos pensar o ato de civilizar como forma de conquistar avanços tecnológicos, culturais e intelectuais. Podemos dizer que é por meio do processo civilizatório que uma nação caminha em direção ao progresso.

Tratando-se de um país vasto como o Brasil, onde podem ser percebidas diversas realidades, fica difícil pormenorizar cada fator responsável pelo emperramento do processo civilizatório, visto que cada Estado possui suas particularidades. No entanto, de maneira geral, percebemos um grande atraso intelectual da população. Segundo Fonseca (2011),

Nós temos uma carência de capital humano que prejudica o funcionamento da nossa democracia [...] A população brasileira tem uma carência educacional que torna muito difícil a informação, o discernimento, que reduz a credulidade. As pessoas são muito crédulas ainda e se satisfazem com pouco.

É evidente a importância da educação nesse contexto. Porém, não podemos pensar num Estado que não invista em educação sem investir, primeiramente, em uma infraestrutura que promova a qualidade de vida e favoreça o aprendizado. Segundo Fligstein (1996 apud SILVA, 2012, p. 126),

Sobre o papel do Estado na economia, Fligstein (1996) aduz que o Estado é um dos atores preferenciais na construção e manutenção dos arranjos institucionais (mercado como política), participando na criação das leis e regulamentações relativas à política fiscal, ao capital financeiro, à concorrência, às relações salariais e às patentes e direitos de propriedade; nas compras públicas; no financiamento da pesquisa e da construção de infraestruturas; na participação no capital de empresas (água, eletricidade); na garantia jurídica da aplicação dos contratos; e nas funções de assistência social e redistribuição.

Inadequado seria esquecer, também de fazermos uma breve abordagem acerca da geração de riquezas sob o ponto de vista administrativo.

Geração de riquezas

Sob uma visão global, riqueza, especialmente quando mencionada em termos econômicos, é comumente associada ao Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de bens e serviços produzidos por um país dentro do período analisado. Esse conceito é utilizado ao redor do mundo para ordenar os países de acordo com o que foi por eles produzido.

O problema de utilizar essa avaliação como forma de medir desempenho está no importante fator que o cálculo não observa: a durabilidade. Segundo Kanitz (2006, p. 20),

Tanto faz se o produto dura um mês ou vinte anos para ser incluído no PIB. Tanto faz para um economista quantos meses duram sapatos, casas, imóveis [...] que entram no cálculo do PIB. Riqueza, sob essa definição, é quanto uma geração gasta por ano, e não quanto se deixa de herança para a próxima geração.

Essa reflexão faz-se necessária para ponderarmos acerca do atual contexto econômico, marcado pelo consumismo imediatista:

Talvez seja por isso que o Brasil não se preocupa com qualidade total, durabilidade e confiabilidade, tão discutidas em administração. Para que incentivar serviços públicos de qualidade, por exemplo, se entram no PIB do mesmo jeito? Nossas estradas são feitas para durar só quatro anos, para que se necessite tapar buracos depois, aumentando duplamente o PIB? (KANITZ, 2006, p. 20).

Entendemos, com base em Kanitz (2006), a importância de uma nova interpretação do conceito de riqueza. Kanitz (2006, p. 20) sugere que, “Se calculássemos o patrimônio nacional, descobriríamos que nosso patrimônio líquido não pára de cair [...]”

Em termos gerenciais, o patrimônio líquido representa, sobretudo, o lucro ou prejuízo e o capital social, que é o montante investido pelos sócios ou acionistas na sociedade. Dessa forma, se um país fosse administrado como um empreendimento, a população buscaria conhecer o valor nele aplicado e o lucro ou prejuízo advindo dessa aplicação.

Cabe ressaltar que, em se tratando de administração de empresas, a função do administrador é maximizar o lucro para os sócios e/ou acionistas, que, por sua vez, exigem resultados, pois investiram recursos financeiros próprios na organização.

De forma análoga, a administração de um país, quando não fosse eficaz, deveria ser democraticamente substituída. A população reivindicaria lucros reais, pois, como sócia e acionista, investiu na sociedade. Dessa maneira, o povo deixaria de perceber o governo como um órgão paternalista e passaria a exercer, de fato, seu poder, cobrando o lucro (riqueza) na forma de uma sociedade funcional. Conforme Drucker (2001, p. 17),

Em sua vida social e política, o homem precisa dispor de uma sociedade funcional da mesma forma que precisa do ar para respirar em sua vida biológica. Entretanto, o fato de que o homem precisa da sociedade não significa necessariamente que ele a tem. Ninguém chama a massa humana desorganizada, aterrorizada e tresmalhada em um navio naufragado de sociedade. Isso não é sociedade, embora sejam seres humanos reunidos num grupo. Na verdade, o pânico é resultado direto do colapso da sociedade; e a única maneira de superá-lo é restabelecendo uma sociedade com valores, disciplina, poder e organização sociais.

Isso reforça a importância do investimento em uma infraestrutura durável, que possibilite a disseminação de uma educação voltada ao pensamento crítico e construtivo. Sem essas duas premissas, não é possível desenvolver uma sociedade que funcione.

Construção de infraestrutura

Com a globalização e a inclusão digital, a população brasileira anseia por produtos desenvolvidos por países ricos, como telefones celulares e computadores, sem se dar conta de que o Brasil ainda não conseguiu resolver questões do século passado. Nesse sentido, por exemplo, temos a questão do saneamento básico. De acordo com Fonseca (2011),

Nós não temos saneamento básico. A gente está pensando em infraestrutura para

a Copa do Mundo e nós estamos no século XXI com metade dos domicílios sem coleta de esgoto. [...] São preferências que os políticos impõem à sociedade e muitas vezes a sociedade, que também é crédula por que não tem uma boa base educacional, vai se deixando levar.

Entendemos por saneamento básico os serviços de tratamento de água e esgoto, limpeza de ruas, coleta e tratamento de resíduos orgânicos e materiais. Além de reduzirem a mortalidade infantil e serem inerentes a uma vida digna, esses procedimentos são fundamentais para o avanço do desenvolvimento humano. No entanto, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 45,7% dos domicílios brasileiros possuem acesso à rede de esgoto. (IBGE, 2011).

São diversas as doenças oriundas da ausência de saneamento básico e é sabido que algumas delas afetam permanentemente o desenvolvimento do ser humano quando esse as contrai na infância. Um estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), revela:

[...] em termos de impacto na educação, havia uma diferença de 30% no aproveitamento escolar entre crianças que têm e não têm acesso ao saneamento básico – situação que causará reflexos ao longo da vida, pois os estudantes com pior aproveitamento tendem a ser menos qualificados e, portanto, terão menores salários. (FGV, 2011).

O saneamento básico não é o único item precário na infraestrutura brasileira. Somos carentes de rodovias, portos, aeroportos, sistemas de transmissão de energia, telecomunicações e muito mais. Todos esses elementos são fundamentais, pois melhoram a economia ao permitirem que as empresas desenvolvam suas operações de maneira mais eficiente e se tornem competitivas. Vale lembrar, por exemplo, no setor de energia, de acordo com o documento “O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: oportunidades e desafios”, elaborado por especialistas da área ambiental e técnicos de ONGs como WWF, Greenpeace e Instituto Socioambiental (ISA), o Brasil tem dificuldades de crescimento na utilização de energias limpas (eólica, solar etc.). “Os maiores entraves ao aproveitamento e à expansão da energia solar no Brasil seguem sendo a falta de incentivos e políticas públicas que consolidem a indústria e o mercado”. (G1, 2012).

Igualmente, para suprir esses anseios, que dependem de uma nação saudável e pensante, o investimento em saneamento básico é um dos primeiros passos que precisam ser dados em direção à geração de riquezas para o Brasil.

Formação de capital intelectual

Para que o país seja razoavelmente bem administrado, é imprescindível que a população seja instruída, pois somente dessa forma, a democracia poderá funcionar de maneira eficaz. De acordo com Delfim Netto (2011),

Você precisa, na verdade, convencer a sociedade do que nós necessitamos. Porque o congresso, ele é a expressão desta sociedade. [...] Ele estará representando algum interesse. Você pode dizer que o voto foi comprado. Pois é: foi comprado porque o sujeito precisava de um sapato. Foi comprado porque o sujeito, na verdade, queria empregar a namorada.

Podemos dizer, então, que a situação em que o Brasil se encontra é o reflexo dos desejos de cada indivíduo. O que precisa acontecer, portanto, é a elevação desses desejos. Para isso, o brasileiro precisa aprender a pensar e a visualizar em longo prazo. Apenas dessa forma, o voto

poderá ser utilizado no sentido de favorecer o processo civilizatório. Segundo Freire (2007, p.103),

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. [...] Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos.

Um exemplo de como o investimento em educação traz resultados significativos é o caso da Coréia do Sul, conforme explica Weinberg (2005, p. 61):

A Coréia do Sul e o Brasil já foram países bastante parecidos. Em 1960, eram típicas nações do mundo subdesenvolvido, atoladas em índices socioeconômicos calamitosos e com taxas de analfabetismo que beiravam os 35%. [...] passados quarenta anos, um abismo separa as duas nações. A Coréia exibe uma economia fervilhante, capaz de triplicar de tamanho a cada década. Sua renda *per capita* cresceu dezenove vezes desde os anos 60, e a sociedade atingiu um patamar de bem-estar invejável. [...] Em suma, o Brasil ficou para trás e a Coréia largou em disparada. Por que isso aconteceu? Porque a Coréia apostou no investimento ininterrupto e maciço na educação – e nós não.

A exemplo da Coréia, o governo brasileiro deveria investir em educação de forma planejada, destinando recursos públicos a um Ensino Fundamental de qualidade. Os professores deveriam ser remunerados de acordo com o retorno que proporcionam à sociedade. As pessoas, de modo geral, deveriam ser estimuladas a estudarem mais. Com isso, a iniciativa privada destinaria mais recursos à educação, que seriam aplicados de maneira cada vez mais proveitosa. Entretanto, vale destacar que a

educação superior ainda é vista, no Brasil, por muitos, como sinônimo de *status*, elevação de padrão moral, intelectual, acadêmico e, claro, profissional, assim contribuindo, de forma estratégica, para a reprodução e ampliação da classe média e, por vezes, não conseguindo transformar e democratizar as sociedades, conforme os ensinamentos de Pierre Bourdieu. (SILVA, 2010, p. 239).

Como resultado, o povo brasileiro se tornaria uma nação crítica em relação ao mundo que habita, participando dele de forma ativa e consciente, o que permitiria a construção de uma democracia eficaz.

Administração e sustentabilidade

Para Drucker (2002, p. 9), “Se é que existe uma nova economia, ou seja lá o que for, só vamos saber dentro de alguns anos.” O mesmo autor, ainda sobre “uma nova economia”, assim se manifesta:

Mas uma coisa é certa: essa economia (e sua sociedade) será organizada *na* e *pela* Administração, pois o seu principal recurso será – e na realidade já é – o conhecimento. Transformar a informação em conhecimento e este em ação efetiva é a função específica do administrador e da administração. De fato, o conhecimento se tornou o recurso principal da economia – em substituição aos recursos tradicionais dos economistas, Terra, Trabalho e Capital – devido à emergência da

administração. (DRUCKER, 2002, p. 9, grifos do autor).

Para que haja progresso no Brasil, é preciso que a função do administrador, de planejar, organizar, dirigir e controlar, seja exercida pelos governantes, tal qual aprendida nos cursos de administração e desempenhada nas empresas. Kanitz (2002, p. 22) assegura: “Somos, sim, um país muito mal administrado. Não sabemos administrar os Estados, não sabemos administrar nossas dívidas, não sabemos administrar nossa previdência nem nossa segurança”.

Em uma empresa, quando tem início um empreendimento, é desenvolvido um plano para identificar as necessidades básicas do projeto e nortear a elaboração de orçamentos, pois os recursos financeiros são sempre limitados e precisam ser aplicados da melhor maneira possível. Uma função importante do planejamento é manter o foco do administrador que, assim, visualiza sua meta e o que fazer para alcançá-la. Depois disso, a meta é disseminada por toda a organização, para que cada pessoa conheça e desenvolva seu papel, entendendo sua contribuição com o produto final.

No caso do Brasil, uma questão parece impedir que a ideia de progresso se transforme em ação: a falta de foco ou meta. Os governantes evidenciam não possuir um objetivo concreto e, dessa forma, não disseminam um ideal para a população, que acaba simplesmente sobrevivendo passivamente, sem compreender sua função na sociedade e aceitando as condições precárias determinadas por seus líderes. Nesse sentido, de acordo com Muller (1993, p. 143, grifo do autor):

Precisamos de uma nova sociologia global que nos ajude a compreender o significado e o papel de todos os inúmeros grupos, entidades, profissões e instituições que temos neste planeta. A maioria deles tem uma contribuição a dar para o sucesso da nossa evolução. Muitos deles não sabem disso e nem sequer se perguntam por que existem, por que foram criados, qual seu propósito último e qual deveria ser sua contribuição para a totalidade do tecido humano.

Sobre administração, Drucker (2002, p. 10) afirma que “é preciso saber por que fazer, o que fazer e como fazer [...]”. Quando não existe uma meta, não é possível definir o que é prioridade e o que deve ser feito. Por exemplo, se fosse definida como meta para o Brasil a construção de uma sociedade funcional, com igualdade de oportunidades para todos, poderia ser definida como prioridade a geração de riquezas.

Sob a ótica de Kanitz (2005, p. 21), “Administradores têm outra forma de encarar o mundo. Eles lutam para criar a riqueza que ainda não temos. Economistas e intelectuais lutam para distribuir a pouca riqueza que conseguimos criar, o que só tem gerado mais impostos e mais pobreza.” Isso implica combate maciço à corrupção e em uma utilização efetiva e racional da carga tributária.

Ainda que a corrupção fosse combatida e os recursos pudessem ser aplicados na sociedade, seria coerente destinar proporcionalmente os tributos arrecadados ao seu local de origem, reservando um montante para que o governo federal fornecesse apenas os auxílios básicos às regiões menos favorecidas. Em administração, isso significa aplicar recursos de acordo com a rentabilidade do investimento.

Desse modo, os estados e os municípios se movimentariam em direção à geração de resultados, dividindo a responsabilidade que todos possuem de sustentar o país, fazendo com que as regiões menos desenvolvidas buscassem executar seu papel, contribuindo com a evolução do todo.

Quando um país é bem administrado e consegue gerar riquezas, na forma de infraestrutura e educação, acontece de forma natural e sadia a distribuição de renda que, por sua vez, contribui para a geração de novas riquezas. Segundo Delfim Netto (2011),

Você tem uma demanda enorme de profissionais preparados, que estão no décimo decil da renda, e tem um exército de reserva [...] no primeiro decil. Há uma disparidade entre oferta e procura que eleva os salários do décimo decil. Portanto, o que é distribuição de renda: é diferença de remuneração entre as pessoas.

Isso significa que é preciso preparar a população. Não basta simplesmente distribuir a riqueza gerada, pois, quando esse processo não se dá de forma sustentável, acaba se tornando um custo para toda a nação.

O problema em utilizar a distribuição de renda como uma ferramenta para o avanço do processo civilizatório, especialmente em uma sociedade imediatista, é a retração do crescimento no curto prazo. De acordo com Fonseca (2011), “Quando começa a ter que pensar no amanhã, em formar capital físico, formar capital humano, poupar e investir, o nosso crescimento é medíocre. [...] O Brasil quer ter um crescimento asiático sem ter uma poupança asiática. Essa conta não fecha.”

Pelo motivo exposto por Fonseca (2011), concomitantemente, os brasileiros deveriam aprender, desde a infância, os princípios de economia e de administração financeira pessoal. Jovens e adultos, embora muitas vezes habilitados, com formação acadêmica, não sabem poupar e investir e não entendem o quanto isso é importante para o Brasil.

Esse tipo de investimento em capacitação de pessoas é percebido nas empresas como um forte diferencial competitivo e deveria ser percebido da mesma forma em um país. Drucker (2002, p. 29) observa que

A administração trata dos seres humanos. Sua tarefa é capacitar as pessoas a funcionarem em conjunto, efetivar suas forças e tornar irrelevantes suas fraquezas. É disso que trata uma organização, e esta é a razão pela qual a administração é um fator crítico e determinante. Hoje em dia, praticamente todos nós somos empregados por instituições administradas, grandes ou pequenas, empresariais ou não. Dependemos da administração para nossa sobrevivência. E a nossa capacidade de contribuição à sociedade também depende tanto da administração das organizações em que trabalhamos quanto de nossos próprios talentos, dedicação e esforço.

Tais medidas convergem para outro fator importante para o país e para o mundo: a sustentabilidade. Segundo Brundtland (1987 apud CABRERA, 2011), “Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades”.

Toda organização deveria, então, ter uma administração voltada ao desenvolvimento sustentável. Nessa direção, Muller (1993, p. 146, grifo do autor) adverte:

Precisamos de uma administração planetária correta. As empresas privadas e as multinacionais devem assumir suas responsabilidades pela boa administração do planeta. Elas só se consideram responsáveis frente aos lucros dos acionistas. Bem, torna-se cada vez mais evidente que este planeta não foi criado com o propósito de gerar lucros e dividendos. Se não reconhecermos isso, estamos acabados.

Também deveria ser premissa, em se tratando de um país, conforme sugere Muller (1993, p. 96, grifo do autor): “[...] todas as crianças deveriam ter o direito de que os governos e organizações internacionais planejem para o futuro, em especial um mundo pacífico, justo e habitável durante a duração de suas vidas pelo menos”. Esses resultados, no entanto, só poderão ser gerados em um Brasil administrado com foco, seriedade e prudência.

Considerações finais

Para a construção de uma civilização vigorosa e durável, existem três grandes desafios interdependentes a serem enfrentados pelo Brasil.

Antes mesmo da escrita, a principal ferramenta civilizatória foi e continua sendo o conhecimento. Ao longo da história da humanidade, os povos que mais progrediram e perduraram

foram os que melhor o administraram. Por esse motivo, um dos desafios civilizatórios para o país é a formação de um capital intelectual consistente.

A formação de um capital intelectual consistente, por sua vez, implica em outra necessidade: a construção de uma infraestrutura que permita que as pessoas tenham acesso e absorvam a educação, a qual se configura como o segundo desafio.

Por fim, como terceiro desafio, temos que é mandatário que nossos governantes sejam preparados para exercer uma administração efetiva de toda a nação, que resulte em um desenvolvimento sustentável e que seja compreendida e supervisionada por toda a sociedade.

A aparente insolubilidade da estagnação brasileira se dá pelo fato de o problema ser um círculo vicioso. Sem informação e discernimento, a democracia não se volta ao progresso e, sem uma democracia que funcione, não é possível gerar condições propícias para que a informação e o discernimento possam ser popularizados.

A solução para esse cenário é complexa e demanda estudos aprofundados. No entanto, a ideia de que a responsabilidade pelo progresso do país é de cada indivíduo, proporcionalmente ao seu grau de instrução, deveria levar a sinergia entre os líderes das mais diversas áreas em prol da ascensão de todos.

Referências

CABRERA, Luiz Carlos. Afinal, o que é sustentabilidade? **Você S/A**. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_474382.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2011.

DELFINO NETTO, Antônio. **Para Delfim Netto, Brasil passa por processo civilizatório**. [13 maio 2011]. Entrevistador: Fernando Canzian. TV Folha. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=eUCj10-TA9I>>. Acesso em: 25 out. 2011.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: a administração**. São Paulo: Nobel, 2002.

_____. **O melhor de Peter Drucker: a sociedade**. São Paulo: Nobel, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Entrevista no Programa Roda Viva**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=YwKD_IL4vCw&feature=relmfu>. Acesso em: 25 out. 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento básico brasileiro. Trata Brasil**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/cms/files/trata_fgv.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2011.

G1. **Organizações dizem que Brasil desperdiça potencial de energia limpa**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/11/organizacoes-dizem-que-brasil-desperdica-potencial-de-energia-limpa.html>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Notícias. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1998&id_pagina=1>. Acesso em: 01 nov. 2011.

KANITZ, Stephen. O patrimônio líquido nacional. **Veja**, São Paulo, v. 39, n. 6, p. 20, fev. 2006.

_____. A era do administrador. **Veja**, São Paulo, v.38, n. 1, p. 21, jan. 2005.

_____. Um país mal administrado. **Veja**, São Paulo, v.35, n. 40, p. 22, out. 2002.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História: geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.

MULLER, Robert. **O nascimento de uma civilização global**. São Paulo: Aquariana, 1993.

SILVA, Everaldo da. **Estudo da expansão do mercado de educação superior no Brasil e em Santa Catarina no período de 1995 a 2002**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC, 2010. 302 p.

WEINBERG, Monica. 7 Lições da Coréia para o Brasil. **Veja**, São Paulo, v. 38, n.7, p. 60-71, fev. 2005.